

OPINIÃO

Canto de guerra

Um índio pataxó sobe ao altar da Missa do Descobrimento, em Coroa Vermelha, e faz um violento discurso contra a data que se estava comemorando. A hierarquia eclesiástica, que havia acabado de pedir perdão aos negros e aos índios no próprio texto da missa, aplaude.

Teria sido mais caridoso explicar ao valente pataxó que aquele não era um bom discurso. Se os índios seguissem a orientação do jovem Matalauê, seria mais ou menos como se os negros brasileiros resolvessem, agora, formar de novo o quilombo dos Palmares, em protesto contra as ofensas recebidas dos brancos.

Talvez os negros tivessem até mais razão para isso. Pois a verdade é que a cultura brasileira reservou ao índio um lugar que recusou (pelo menos teoricamente) ao negro. O negro era considerado símbolo da escravidão. O índio era visto, pelos nossos autores românticos desejosos de sacudir a marca portuguesa, como o habitante original do Brasil, aquele que reagira contra a chegada do colonizador.

Por conta disso, a nossa literatura romântica está cheia de idealizações do índio — do “I-Yjuca-Pirama” de Gonçalves Dias à maravilhosa “Iracema” de José de Alencar. E Carlos Gomes encarregou-se de transformar o “Guaraní” numa ópera onde o heróico Peri se casa com a diáfana Ceci.

Na realidade concreta, os índios também receberam o seu quinhão. O gênio integrador brasileiro soube reservar-lhes um generoso espaço. É injusto dizer que, de seis milhões de índios “originais”, sobraram 350 mil porque os outros foram massacrados. Esse mito se desfaz com uma simples visita a comunidades do Norte ou do Nordeste onde a marca indígena está em todos os rostos. Que extermínio foi esse (tirando, claro, os que morreram de gripe, de sarampo, ou até assassinados)? Vá alguém descobrir hoje onde estão os índios argentinos, ou os charruas do Chile; desapareceram.

Os índios brasileiros são uma realidade que — com todas as mazelas conhecidas — quase se

poderia chamar de próspera. Ocupam mais de 10% do território nacional (e não as apertadas reservas dos Estados Unidos). Relacionam-se com a grande comunidade brasileira de um modo que desautoriza discursos simplistas como o do bravo pataxó. É verdade, ainda existem tribos perdidas na floresta, não contatadas (em que outro país do mundo subsistem essas preciosidades antropológicas?).

Muitas outras estão num estágio intermediário: conhecem a nossa língua, gostam muito das novidades da civilização, mas continuam a viver à parte, com os seus costumes. Ainda outras são exemplos de integração praticamente total.

O novo Estatuto do Índio, que o ministro da Justiça José Gregori acaba de encaminhar ao Congresso, é uma boa notícia dessa diversidade — e também um sinal de que a presença indígena no Brasil evolui num sentido positivo.

O texto proposto pelo Governo, após discussão com as comunidades indígenas, revoga a tutela do Estado sobre os índios, que passam a ter autonomia financeira e poder de gerência sobre os recursos naturais de suas reservas (mas o estatuto prevê proteção especial às tribos ainda isoladas).

O texto permite que as aldeias indígenas passem a receber *royalties* sobre a exploração de seus recursos naturais (algumas se tornarão, assim, bastante ricas). Elas também podem constituir empresas e firmar contratos com terceiros. Garimpos em reservas só podem ser feitos por índios. Em contrapartida, os índios passam a ter responsabilidade civil e penal sobre seus atos (o que hoje não existe). Só as tribos mais remotas continuarão a existir num regime de tutela relativa.

Nesse contexto, e respeitadas as diferenças culturais ou as mágoas do passado, qual o sentido de insistir no discurso do ressentimento? Se queremos “outros 500 anos”, o único caminho para isso é o da construção positiva — e nunca o de um incentivo a choques de etnias que (com tudo o que aconteceu até agora) não fazem parte da tradição brasileira.